

SUMÁRIO

1

CONTEXTO GERAL	23
1.1. Introdução	23
1.2. O contexto propriamente dito.....	25
1.3. O salto agêntico: quando o modelo deixa de ser ferramenta reativa e passa a ser colaboradora proativa.....	31
1.4. A distinção central: IA por tarefas e IA em fluxos de trabalho	33
1.5. O que efetivamente você precisa entender disso tudo?.....	38
1.6. Do prompt isolado ao sistema orquestrado.....	41

2

CONCEITOS TÉCNICOS FUNDAMENTAIS.....	47
2.1. Introdução	47
2.2. Os quatro pilares de um agente de IA	50
2.3. O ciclo da autonomia de um agente de IA	54
2.4. Do agente isolado ao sistema multiagêntico.....	57
2.5. Panorama das ferramentas disponíveis (hoje).....	58
2.5.1. Claude Cowork (Anthropic).....	59
2.5.2. Manus AI.....	60

2.5.3. LangChain	60
2.5.4. CrewAI	61
2.6. O framework AIOS: a metáfora do sistema operacional para agentes.....	61
2.7. Conclusões iniciais	63

3

DA ENGENHARIA DE PROMPT PARA PROMPTS DE SISTEMA.....	67
3.1. Introdução	67
3.2. O primeiro estágio: do prompt avulso ao banco de prompts por tarefas.....	68
3.3. O segundo estágio: o meta-prompt e a cocriação	71
3.4. O terceiro estágio: a virada conceitual do prompt de sistema.....	72
3.5. O quarto estágio: o pensamento agêntico e a lógica da generalização.....	75
3.6. O lugar das normas profissionais nessa arquitetura	76

4

INFRAESTRUTURA COGNITIVA: IA EM FLUXOS DE TRABALHO.....	79
4.1. Introdução	79
4.2. O que é infraestrutura cognitiva?.....	80
4.3. Os quatro pilares da arquitetura.....	81
4.3.1. Primeiro pilar: os agentes especializados	82
4.3.2. Segundo pilar: a memória institucional.....	82
4.3.3. Terceiro pilar: os fluxos de trabalho	83
4.3.4. Quarto pilar: a camada de orquestração.....	84
4.4. O papel humano: arquitetar, governar e ser responsável	85

4.5. A acumulação como valor estratégico	87
4.6. A infraestrutura cognitiva em contextos jurídicos.....	89
4.6.1. Departamento jurídico corporativo e a gestão de contratos	89
4.6.2. Equipe de assessoria jurídica em um tribunal.....	91
4.6.3. Escritório trabalhista de médio porte	91
5	
MULTIAGENTES E ORQUESTRAÇÃO DA IA.....	95
5.1. A linha evolutiva completa: de tarefas a sistemas	95
5.2. O que emerge nos sistemas multiagênticos?.....	98
5.3. Anatomia de um sistema multiagêntico	100
5.3.1. Agentes especialistas.....	100
5.3.2. Mecanismo de orquestração e padrões de coordenação.....	101
5.3.3. Protocolos de comunicação e “handoff”	102
5.3.4. Memória compartilhada	103
5.3.5. Pontos de intervenção humana.....	104
5.4. O orquestrador humano: o jurista como maestro	104
5.5. O estado da arte científico.....	106
5.6. A fronteira: quando a IA orchestra a IA	109
5.6.1. O que já é possível?.....	110
5.6.2. O que “humano no circuito” significa na prática?.....	110
5.6.3. Os riscos específicos no contexto jurídico	111
5.6.4. A posição responsável.....	112
5.7. O jurista e a máquina	112

6

CASO PRÁTICO DE SISTEMA MULTIAGENTES	117
6.1. Introdução	117
6.2. Os quatro níveis de maturidade	118
6.3. Recursos e problema a ser atacado	121
6.4. A solução: a arquitetura do VMOS PreVIA.....	123
6.5. Um caso concreto: do primeiro contato à petição	133
6.6. O papel indispensável dos checkpoints humanos.....	137
6.7. Custos de operação: o que ninguém explica e você precisa saber	139
6.8. Além do previdenciário: casos de uso em outras áreas	140
6.9. O advogado como arquiteto e orquestrador.....	140
6.10. Erros comuns de implementação.....	142
6.11. Registros finais.....	143

7

DILEMAS E REFLEXÕES FINAIS	145
7.1. Introdução	145
7.2. O devido processo legal e o risco da homogeneização.....	147
7.3. Viés algorítmico e a ilusão da neutralidade matemática	149
7.4. Recomendação da OAB e quadro geral regulatório	150
7.5. Ética: entre a eficiência algorítmica e a justiça	153
7.6. O Jurista como arquiteto: uma nova postura de ação	153
CONCLUSÃO	157

ANEXO	161
1. Abordagem inicial sobre a regulamentação da IA	162
2. Normas para Juízes e Servidores do Judiciário	164
2.1. A Resolução nº 615/2025 do CNJ: um marco regulatório para a IA generativa no Poder Judiciário	164
2.2. Uso privado por magistrados e servidores	165
2.3. Princípios fundamentais	167
2.4. Categorização de riscos e aplicações permitidas	169
2.5. Dever de capacitação	173
3. Tutorial para aplicação da Resolução CNJ 615/2025 pelos Tribunais	173
3.1. PARTE I - Obrigações Fundamentais e Permanentes	174
3.2. PARTE II - Ciclo de vida da IA	177
3.3. PARTE III - Obrigações Periódicas e Recorrentes	183
3.4. PARTE IV - Tutorial específico para o uso da IA Generativa	185
4. Recomendações para Advogados	186
4.1. Recomendação 01/2024 da OAB Nacional	186
4.2. Princípios Éticos Aplicáveis	186
4.3. Limites de Uso na Prática Advocatória.....	187
4.4. Confidencialidade e Sigilo Profissional	189
4.5. Transparência com o Cliente	190
5. Cautelas comuns a Juízes, servidores e Advogados	191
5.1. Viés Algorítmico	191
5.2. Atrofia do Conhecimento	192
6. Síntese das normas e cautelas	194
7. Resumo do capítulo	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199